

Exumação infindável

O economista Rubens Penha Cysne explicou porque o déficit público é, além de elevado, imprevisível, e porque demandará tempo até que as contas públicas sejam saneadas. Ele tratou, em artigo e entrevista recentes ao **Estado**, da contabilidade por esqueletos - que não é uma contabilidade por competência, nem uma contabilidade por caixa, mas tem sido usada para medir o tamanho da dívida líquida do Estado. O importante, diz Cysne, "não é a data do fato gerador nem a data do acerto monetário, mas sim a data em que o contador resolve, por conta própria, ou por força de alguma inconveniente mensuração externa de passivos líquidos, considerar o fato contábil".

O economista Penha Cysne listou os esqueletos e seu valor

contábil. O esqueleto do confisco inflacionário somou US\$ 198,3 bilhões, entre 1947 e 1993; se fossem consideradas, também, "as transferências compulsórias para o sistema bancário oficial, pela emissão de depósitos à vista não remunerados, chegaríamos a um total aproximado, em dólares de 1987, de US\$ 306,3 bilhões". Um subconjunto de esqueletos "reside em dívidas antigas não saldadas e tem sido objeto de preocupação dentro do próprio governo, que recentemente instituiu medida provisória para estabelecer uma forma de saldar passivos antigos não honrados e tentar recuperar, ao menos em parte, sua credibilidade como devedor".

A situação não é nova. Em 1983, reportagens publicadas pelo *Jornal da Tarde* mostraram

que o Estado brasileiro, qualificado, então, como "a nossa República Socialista Soviética do Brasil", já era pródigo em desperdício e na realização de investimentos de retorno exageradamente longo. Itaipu já havia custado US\$ 15 bilhões; a dívida externa da Eletrobrás era de US\$ 8,4 bilhões; a dívida externa da Siderbrás atingia US\$ 7,7 bilhões, sem contar, portanto, o endividamento interno.

Esses problemas continuam presentes. A Siderbrás, ora liquidada, deixa para o Tesouro Nacional um prejuízo de US\$ 14,95 bilhões, que terá de ser pago. "O passivo a descoberto da controladora representa o prejuízo que os cofres públicos tiveram com as operações de venda das estatais, já descontadas as receitas obtidas com as privatizações, in-

cluídas no balanço final na rubrica ativo circulante", declarou o liquidante da empresa, Leônidas Pires de Lima.

Há outros exemplos. O esqueleto do FCVS foi estimado em R\$ 50 bilhões. As dívidas estaduais em renegociação superam R\$ 100 bilhões. Com dois bancos privados, Nacional e Econômico, os desembolsos superaram R\$ 15 bilhões, sem que se saiba o quanto será recuperado. O saldo final é mais dívida pública, mais encargos, maior comprometimento das gerações futuras com os desmandos passados. É feliz, assim, a imagem dos "esqueletos". O risco é que eles estejam mais vivos do que nunca, limitando as ações destinadas a reduzir o déficit público e conferindo ar macabro às projeções sobre as contas governamentais.